UM ESTUDO SOBRE O REFLEXO NO RECONHECIMENTO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS APÓS A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

A STUDY ON THE IMPACT ON THE RECOGNITION OF INTANGIBLE ASSETS UPON ADOPTION OF INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS IN BRAZILIAN COMPANIES LISTED ON THE BM&FBOVESPA

LUCIVALDO LOURENÇO SILVA FILHO

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: lucivaldo.lourenco@gmail.com

UMBELINA CRAVO TEIXEIRA LAGIOIA

Doutora em Administração pela UFPE. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFPE. E-mail: umbelinalagioia@gmail.com. Endereço: Av. dos Reitores s/n, Cidade Universitária, Recife - PE - CEP 50.670-901.

FRANCISCO DE ASSIS CARLOS FILHO

Mestre em Ciências Contábeis pela UFPE. E-mail: francisco.assis.filho@gmail.com

JULIANA GONÇALVES DE ARAÚJO

Mestranda em Ciências Contábeis pela UFPE. E-mail: juhliana.araujo@gmail.com

LIVIA VILAR LEMOS

Mestre em Ciências Contábeis pela UFPE. E-mail: livia27.07@gmail.com

Recebido em: 08.05.2013. Revisado por pares em: 21.01.2014. Aceito em: 08.08.2014. Publicado em: 31.08.2014. Avaliado pelo sistema *double blind review*.

Resumo: Segundo o CPC 04 (R1), os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física. O objetivo deste estudo é verificar se após a adoção das normas internacionais de contabilidade houve variação no reconhecimento dos ativos intangíveis no balanço das empresas listadas na BM&FBovespa, verificando se o comportamento do reconhecimento dos intangíveis ocorreu de maneira uniforme entre os setores econômicos existentes. Para fins deste estudo, os ativos intangíveis são divididos em dois grupos: os intangíveis identificáveis e os intangíveis não identificáveis (*goodwill*). A amostra é composta por 10 setores representados em 213 empresas listadas na BM&FBovespa, em um período de seis anos, compreendidos entre 2005 e 2007 (antes da adoção das IAS/IFRS) e 2009 e 2011 (após a adoção das IAS/IFRS). Os resultados encontrados indicam que há um maior reconhecimento dos intangíveis identificáveis em todos os setores estudados após a adoção das IAS/IFRS, com destaque para o setor de construção e transporte, que teve um aumento de reconhecimento de 44,75%. Com relação ao *goodwill*, apenas o setor de bens industriais apresenta um aumento de reconhecimento estatisticamente significativo. Quanto aos ativos intangíveis totais, 7 dos 10 setores estudados apresentam aumento de reconhecimento. Recomenda-se, para estudos posteriores, investigar se existe relação de modificação do intangível, ou demais componentes da contabilidade, em função da regulação contábil desses setores. Os setores que não apresentam aumento no reconhecimento dos intangíveis totais são os de telefonia, petróleo, gás e biocombustíveis e tecnologia da informação. Diante desses resultados, constata-se que as alterações trazidas nos normativos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e do Conselho Federal de Contabilidade efetivamente contribuíram para o aumento do reconhecimento dos intangíveis nas demonstrações financeiras das empresas listadas em todos os setores da BM&FBovespa.

Palavras-chave: Adoção. IAS/IFRS. Ativos intangíveis. Reconhecimento.

Abstract: *According to CPC 04 (R1) intangible assets are identifiable non-monetary asset without physical substance. The aim of this study was to verify if after the adoption of international accounting standards was no change in the recognition of intangible assets in the balance sheet of the companies listed on BM&FBovespa, checking if the behavior of the recognition of intangible occurred evenly between existing economic sectors. For this study, we divided the intangible assets into two groups: those identifiable intangibles and unidentifiable intangible (goodwill). The sample consisted of 10 sectors represented in 213 companies listed on the BM&FBovespa, in a period of 6 years from 2005 to 2007 (before the adoption of IAS / IFRS) and 2009-2011 (after adoption of IAS / IFRS). The results indicated that there was greater recognition of identifiable intangible in all sectors studied following the adoption of IAS / IFRS, with emphasis on the construction industry and transport had increased recognition of 44,75%. With respect to goodwill, only the sector of industrial goods increased by statistically significant recognition. What about the total intangible assets 7 of 10 sectors studied showed increased recognition. It is recommended for further studies to investigate whether a relationship exists due to the accounting regulation of these sectors. The sectors that showed no increase in the recognition of intangible totals were the telephone, oil, gas and biofuels, and information technology. From these results, it appears that the changes introduced in the rulings of the Comitê de Pronunciamentos Contábeis and the Conselho Federal de Contabilidade effectively contributed to the increased recognition of intangible assets in the financial statements of listed companies in all sectors of BM&FBovespa.*

Keywords: *Adoption. IAS/IFRS. Intangible assets. Recognition.*

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem buscado nos últimos anos a adequação das suas normas contábeis com as normas internacionais de contabilidade. Segundo Santos *et al.* (2011), pode-se considerar que o marco regulatório desse processo de convergência foi a Lei nº 11.638/07, a qual estabeleceu a convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade.

Nesse processo de adoção, se ressalta a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que é uma entidade do direito privado criada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução CFC nº 1.055/05 (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005). Essa entidade tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade em consonância com as International Financial Reporting Standards (IFRS) ou International Accounting Standards (IAS), que representam as normas internacionais emitidas pelo Comitê Internacional de Padrões Contábeis (IASB).

Desse modo, nos últimos anos muitos pronunciamentos foram emitidos e alguns revisados. Dentre eles, destacam-se, para este estudo, o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b) (com correlação à IAS 38), que versa sobre os intangíveis, e o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) (COMITÊ..., 2011) (com correlação à IFRS 3), que trata das combinações de negócios e dos princípios e exigências para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das participações societárias de não controladores na adquirida e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill* adquirido).

O processo de adoção às normas internacionais de contabilidade advindas do Iasb é objeto de pesquisa de diversos estudos, tanto em âmbito nacional (LEMES; SILVA, 2007; SOUZA, 2009; MARTINS; PAULO, 2010), quanto internacional (WHITTINGTON, 2005; SODERSTROM; SUN, 2007). Os estudos realizados sob essa perspectiva proporcionam um maior conhecimento sobre a adoção das normas internacionais, o seu impacto sobre os usuários da informação contábil e os seus reflexos sobre as contas patrimoniais e de resultado das empresas. A exemplo, destaca-se o estudo de Sahut, Boulerner e Teulon (2011), os quais identificaram que, na Europa, após a adoção das normas internacionais de contabilidade advindas do Iasb, ocorreu um maior reconhecimento dos ativos intangíveis no balanço patrimonial das empresas.

Contudo, é importante salientar que algumas empresas brasileiras, além de atenderem às normas técnicas de contabilidade, fruto do processo de convergência, devem também atender a normas específicas do setor em que elas estão inseridas. Nesse sentido, Costa *et al.* (2009) relatam em seus estudos que as empresas de capital aberto classificadas em determinados setores, além de sofrer a regulação contábil advinda da Lei nº 6.404/76 e das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), também recebem outras demandas regulatórias, devido à legislação específica. Em seus achados, os autores identificaram a existência de regulação contábil nos seguintes setores econômicos: energia elétrica, finanças e seguros, fundos, petróleo e gás, transportes, alimentos e bebidas, telecomunicações, águas e saúde, entre outros.

Diante do exposto, apresenta-se o seguinte questionamento direcionador deste estudo: quais as variações no reconhecimento dos ativos intangíveis após a adoção das normas internacionais de contabilidade nas empresas brasileiras pertencentes aos diversos setores econômicos existentes na BM&FBovespa?

Assim, este estudo objetiva verificar o nível de variação no reconhecimento dos ativos intangíveis no balanço das empresas listadas na BM&FBovespa após a adoção das normas internacionais de contabilidade, verificando se o comportamento do reconhecimento dos intangíveis ocorreu de maneira uniforme entre os setores econômicos existentes.

A justificativa deste estudo é respaldada na relevância que o grupo dos ativos intangíveis tem nas corporações e, consequentemente, na sua necessidade de reconhecimento. Schmidt e Santos (2003) retratam que, diante do aumento da materialidade dos ativos intangíveis, em relação à participação do patrimônio líquido das empresas, se tornou imprescindível a verificação do tratamento dado a esse item.

Ratificando a afirmação, Lhaopadchan (2010) expõe que os ativos intangíveis e o *goodwill* são elementos que cada vez são mais importantes nos balanços consolidados publicados. Essa assertiva coaduna com outros estudos relacionados, tais como os de Hall (1992) e Nakamura (2003). Segundo os autores, em mercados avançados os ativos intangíveis identificáveis e o *goodwill* são importantes ativos estratégicos.

Nessa mesma vertente de pensamento, Chareonsuk e Chansa-ngavej (2010) afirmam que os ativos intangíveis são a chave estratégica para o desenvolvimento de longo prazo e perspectiva de lucro com sustentável vantagem competitiva. Corroborando isso, Santos *et al.* (2006) demonstrou que os ativos intangíveis proporcionam à empresa uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes.

Por sua vez, Schultze e Weiler (2010) relatam que a informação contábil do ágio pode ser utilizada para medição do desempenho da gestão da entidade, principalmente para verificar se a gestão está atendendo aos objetivos da aquisição e preservando os interesses dos acionistas. Em outro estudo, Reimann e Schmidt (2010) constataram que existem muitos indicadores externos e internos que ocorrem logo após a combinação de negócios e que podem resultar em uma perda por *impairment* do *goodwill*, sendo que na maioria dos casos eles podem ser administrados pela gestão da empresa.

Este estudo está dividido em cinco seções, além desta seção introdutória: na segunda seção será abordado o referencial teórico; na terceira seção serão apresentados os procedimentos metodológicos e as hipóteses deste estudo; na quarta seção serão discutidos os resultados; e, por fim, na quinta seção são apresentadas as considerações finais juntamente com as limitações deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira são apresentados conceitos acerca dos ativos intangíveis e do *goodwill*, na segunda e terceira são tratados o reconhecimento e a evidenciação dos intangíveis e na quarta são apresentados estudos anteriores sobre o tema.

2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS E *GOODWILL*

Hendriksen e Van Breda (1999) conceituam ativos intangíveis como ativos que carecem de substância. Como tais, esses ativos devem ser reconhecidos sempre que preenchem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de um ativo, ser mensuráveis e relevantes e precisos. Outros autores, como Perez e Famá (2004), caracterizam os ativos intangíveis como ativos de natureza permanente, sem existência física e que, quando controlados e à disposição da entidade, sejam capazes de produzir benefícios futuros. Já o CPC 04 (R1) (COMITÊ..., 2010b) define ativo intangível simplesmente como ativo não monetário identificável, sem substância física.

Enquanto o *goodwill*, segundo Iudícibus e Marion (2000), é a diferença entre o valor da empresa e o valor de mercado dos ativos e passivos, Monobe (1986) define o *goodwill* como a diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de geração de lucros futuros, e o valor econômico de seus ativos, apresentando, portanto, uma característica residual.

Na opinião de Johnson e Petrone (1998), o *goodwill* pode ser visto a partir de duas perspectivas gerais: de uma “perspectiva *top-down*”, que vê o *goodwill* como um componente maior não identificado do conjunto dos ativos adquiridos, ou de uma “perspectiva *bottom-up*”, que o vê como a soma dos componentes que os compõem. Ambas as perspectivas são úteis para avaliar o que é *goodwill* ou o que ele representa no contexto de combinações de negócios.

Entretanto, para muitos, a definição do *goodwill* ainda não é clara. Nesse sentido, Giuliani e Brannstrom (2011) realizaram um estudo nas demonstrações contábeis de companhias listadas nas bolsas de valores da Itália e da Suécia para identificar como as empresas evidenciavam o *goodwill* adquirido em uma combinação de negócios. A primeira descoberta que emergiu a partir do estudo foi a evidência de que a abordagem *top-down* ainda é predominante, ou seja, o *goodwill* é

ainda visto como um resíduo e, conseqüentemente, continua a ser uma “caixa preta”. Desse ponto de vista, segundo os autores, é possível notar uma inércia da contabilidade, provavelmente explicada pela relutância dos contadores em adotar práticas e ideias novas, a exemplo das advindas do processo de adoção às normas internacionais. A segunda descoberta do estudo foi que, quando a composição do *goodwill* é divulgada, três interpretações diferentes são encontradas: a) o *goodwill* é considerado como um elemento útil para representar sinergias; b) o *goodwill* é usado para representar um conjunto de intangíveis que não correspondem aos critérios da IAS/IFRS, ou as empresas estão relutantes em considerá-los como ativos, apesar de serem reconhecidos como ativos; c) o *goodwill* inclui sinergias e intangíveis, uma interpretação considerada intermediária.

2.2 RECONHECIMENTO DE INTANGÍVEIS

Considerando a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais, a CVM emitiu a deliberação nº 488/2005, que tratou sobre a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Essa foi a primeira inclusão do grupo de intangíveis no balanço patrimonial. Os critérios para reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis estão estabelecidos entre os itens 18 a 67 do CPC 04 (R1) (COMITÊ..., 2010b). Por meio da leitura dos itens citados no referido pronunciamento, infere-se que um intangível deve ser reconhecido como ativo intangível apenas se: a) for provável que os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade; e b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Perez e Famá (2006) relatam que o ativo intangível só deve ser reconhecido como ativo se preencher todos os requisitos necessários, tais como: a) corresponder à definição apropriada; b) for mensurável (existir um atributo de mensuração confiável); c) for relevante; e d) for preciso (a informação precisa ser verificável e neutra). Desse modo, para que haja o reconhecimento do ativo intangível, este deve atender aos pré-requisitos estabelecidos.

O CPC 04 (R1) (COMITÊ..., 2010b), no item 51, estabelece que, por vezes, é difícil avaliar se um intangível gerado internamente se qualifica para reconhecimento como ativo intangível devido às dificuldades para se identificar o seu custo e se há geração de benefícios econômicos futuros. No entanto, na literatura também é possível observar esse comportamento. Stolowy e Jany (1999, 2001), em seus estudos, analisaram diversos sistemas contábeis e encontraram que os ativos intangíveis adquiridos são reconhecidos e capitalizados, no entanto, aqueles que são gerados internamente são capitalizados em alguns sistemas, enquanto isso não ocorre em outros. Em seus estudos é possível observar que países como Alemanha e Áustria não realizam a capitalização de quaisquer intangíveis gerados internamente, assim como as espécies de intangíveis são reconhecidas, ou deixam de ser, de um ano para outro, ou de país para país. Tal estudo corrobora a ideia das divergências encontradas nos procedimentos quanto à contabilização dos intangíveis gerados internamente.

No entanto, segundo Lagioia (2012), por intermédio de uma combinação de negócios, os intangíveis gerados internamente pela entidade adquirida podem ser reconhecidos como ativos intangíveis pela entidade adquirente, desde que esta possa identificar, controlar e ter uma razoável segurança sobre a geração de benefícios econômicos futuros. Caso contrário, o intangível não poderá ser classificado como ativo intangível e será contabilizado como *goodwill* (ágio).

2.3 DIVULGAÇÃO DE INTANGÍVEIS

Antes da introdução das normas internacionais de contabilidade no país, as divulgações sobre ativos intangíveis não seguiam nenhuma norma de divulgação. No entanto, atualmente os ativos intangíveis devem ser divulgados conforme os itens 118 a 123 do CPC 04 (R1). Dentre as várias informações apresentadas nesses itens, destaca-se a obrigação da divulgação concernente à vida útil de ativos, taxas e métodos de amortização, valor contábil bruto e eventual amortização acumulada, conciliação do valor contábil no início e no final do período, assim como a informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o *Pronunciamento técnico CPC 01: redução ao valor recuperável de ativos* (COMITÊ..., 2010a).

Desse modo, percebe-se que há uma maior preocupação quanto à divulgação dos ativos intangíveis das entidades. No entanto, essa preocupação não é recente. Como previu Glautier e Underdown (1995), a contabilidade está em um momento de rápida transição. Seu ambiente passou por grandes mudanças nas últimas duas décadas, e um ritmo acelerado de mudanças ainda está na perspectiva de futuro. Assim, o ato da divulgação vem sendo fruto de diversos estudos.

Como exemplo, pode-se citar Gerpott, Thomas e Hoffmann (2008), que revelaram que no relatório anual de empresas da Alemanha, na área de telecomunicações, os níveis da qualidade de divulgação dos intangíveis eram relativamente baixos e que divulgações do intangível foram muitas vezes limitadas a pequenas peças de informação qualitativa. Ainda segundo os

autores, a qualidade de divulgação dos intangíveis varia significativamente com a região de origem. As empresas europeias de telecomunicações exibem níveis mais elevados de qualidade de informação sobre o intangível do que as empresas americanas.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES RELACIONADOS AO INTANGÍVEL

Na década de 1980, o mercado dos Estados Unidos foi dominado por ativos tangíveis que compunham cerca de 80% do valor das empresas no mercado. À medida que a economia do conhecimento ganhou dominância, o valor dos ativos tangíveis encolheu substancialmente e os ativos intangíveis tornaram-se cada vez mais importante, refletindo 80% do valor de mercado até o ano 2000 (SULLIVAN JR.; SULLIVAN SR., 2000; LEV, 2001).

A significativa diferença entre o valor de mercado das empresas e o seu valor contábil convida à realização de amplas pesquisas sobre essa reserva oculta não contemplada nas demonstrações contábeis.

Chareonsuk e Chansa-ngavej (2010), em um estudo realizado na Tailândia, com 304 gestores, constataram que o lucro financeiro por si só não pode garantir em longo prazo a sobrevivência das empresas. Para serem sustentáveis, as empresas precisam entender e ser capazes de gerenciar os seus ativos intangíveis, incluindo a aprendizagem, o crescimento organizacional, o processo interno e a estrutura externa.

Sahut, Boulerne e Teulon (2011), em uma pesquisa com os ativos intangíveis de 1.855 empresas europeias, analisaram o grau de relevância das informações contábeis evidenciadas pelo ágio e demais ativos intangíveis, durante a transição para os padrões internacionais. Um dos achados dessa pesquisa demonstra que várias empresas têm reclassificado como *goodwill* os seus ativos intangíveis que não se encaixam com a definição dada pela IAS 38, bem como realizaram reavaliação dos ativos intangíveis. Outros achados dessa pesquisa apontam que pequenas diferenças entre os países ainda persistem, assim como forças de mercado poderiam influenciar na relevância de valor dos dados contábeis.

Um estudo realizado por Carlin e Finchem (2010), em 124 grandes companhias da Austrália e Nova Zelândia listadas em bolsas de valores, identificou evidências consistentes de oportunismo na escolha das taxas de desconto na realização de testes de imparidade no *goodwill*. Os resultados sugerem a existência de um viés entre empresas australianas e neozelandesas em direção à aplicação de taxas de desconto mais baixas do que o esperado. Isso é interpretado como uma evidência oportunista do exercício do poder discricionário para se evitar perdas por imparidade indesejadas.

No Brasil, a deliberação CVM nº 488/2005 pela primeira vez menciona que o termo ativo intangível deve ser evidenciado no balanço patrimonial, o que motivou pesquisas diante desse novo contexto. Em um estudo realizado por Igarashi, Tognon e Igarashi (2011) nas 10 empresas de maior capital social da BM&FBovespa, constatou-se a necessidade de melhor evidenciação por parte das empresas das informações relativas aos intangíveis considerados relevantes para a avaliação do patrimônio e para a tomada de decisão. Entretanto, antes mesmo da obrigatoriedade da evidenciação dos ativos intangíveis, uma pesquisa realizada por Santos *et al.* (2006) constatou que o estudo de ativos intangíveis e a competitividade não podem ficar à margem de tópicos relacionados à teoria da contabilidade e à gestão estratégica de custos, uma vez que a tendência é de que esse assunto continue a ser significativo e controverso, crescendo sua importância nos próximos anos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo está dividido em duas partes. A primeira versa sobre a coleta de dados e a seleção da amostra, e a segunda, sobre a apresentação das hipóteses.

3.1 COLETA DE DADOS E SELEÇÃO DE GRUPO DA AMOSTRA PARA TESTE DAS HIPÓTESES

A população deste estudo é composta pelas empresas de capital aberto do Brasil que tiveram suas ações negociadas na BM&FBovespa durante o período de 2005 a 2011. No entanto, para que cada empresa pudesse ser objeto de estudo teve que atender cumulativamente os seguintes pré-requisitos: a) ter publicado suas demonstrações contábeis na BM&FBovespa durante os anos de 2005 a 2011, de forma ininterrupta; b) ter algum intangível reconhecido no balanço patrimonial publicado ao menos em um dos anos do período selecionado.

Com relação à alínea a, foram consideradas apenas as empresas que publicaram suas demonstrações uniformemente, ou seja, durante todos os anos de modo consolidado ou durante todos os anos de forma individual. As exceções foram relacionadas às empresas que durante o período estudado realizaram alguma combinação de negócios, adquirindo o controle de outra entidade e que, por esse motivo, passaram a publicar suas demonstrações de forma consolidada. Por essa razão, as empresas que perderam o controle de alguma entidade durante o período estudado, e que por isso publicaram suas demonstrações contábeis de forma individual, também foram excluídas da amostra.

Assim, das 523 empresas que no ano de 2012 tinham as suas ações negociadas na BM&FBovespa, 213 foram selecionadas para o estudo. Na sequência, as 213 empresas foram segregadas por setores econômicos. Para tanto, utilizou-se a classificação setorial fornecida pela BM&FBovespa. O Quadro 1 evidencia os setores estudados e a quantidade de empresas por setor.

Quadro 1 - Distribuição das empresas por setor econômico

Setor econômico	Subsetor incluído	Quantidade de empresas
Setor telefonia	Telefonia fixa e telefonia móvel.	10
Setor utilidade pública	Água e saneamento; energia elétrica e gás.	42
Setor de bens industriais	Comércio; serviços; máquinas e equipamentos; equipamentos elétricos; material de transporte.	13
Setor de construção e transporte	Construção e engenharia; transporte.	22
Setor de consumo cíclico	Comércio; hotéis e restaurantes; mídia; tecidos, vestuários e calçados; utilidades domésticas; viagens e lazer.	41
Setor de consumo não cíclico	Agropecuária; alimentos processados; bebidas; comércio e distribuição; fumo; produtos de uso pessoal e de limpeza e saúde.	22
Setor financeiro e outros	Exploração de imóveis; holdings; intermediários financeiros; previdência e seguros; securitizadoras de recebíveis.	28
Setor de material básico	Embalagens; madeira e papel; materiais diversos; mineração; químicos e siderurgia e metalurgia.	30
Setor de petróleo, gás e biocombustíveis	Petróleo, gás e biocombustíveis.	2
Setor de tecnologia da informação	Computadores e equipamentos e programas e serviços.	3
Total de empresas		213

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da BM&FBovespa (2012).

3.1.1 Definição do período de estudo

A adoção das normas internacionais de contabilidade foi iniciada por meio da Lei nº 11.638 de 2007, e com a adoção inicial prevista para o ano de 2008 para as empresas de capital aberto. Desse modo, para o teste das hipóteses citadas na seção 3 do presente artigo, foram estudados os períodos de 2005 a 2007 e de 2009 a 2011.

A escolha desses períodos deve-se ao fato de que, nos anos de 2005 a 2007, a contabilidade no Brasil ainda não seguia os padrões internacionais de contabilidade, enquanto que, durante o período de 2009 a 2011, as empresas já estavam obrigadas a seguir as normas de contabilidade advindas do Iasb.

O ano de 2008 foi retirado do estudo devido ao fato de ter sido o primeiro ano após a adoção das normas internacionais, e muitas das empresas ainda não estavam totalmente adaptadas ao novo padrão proposto. Como exemplo, nos balanços publicados pelas empresas no *site* da BM&FBovespa no ano de 2008, os balanços patrimoniais não tinham o grupo do intangível apresentado de forma analítica, o que fazia com que as empresas não segregassem os intangíveis

identificáveis do *goodwill*, o que por si só já impossibilitaria o teste das hipóteses.

3.1.2 Metodologia de análise dos dados

Inicialmente foi feita a análise descritiva dos dados, com a elaboração de um *ranking* em ordem decrescente dos valores médios reconhecidos como intangíveis identificáveis, *goodwill* e intangíveis totais. Posteriormente, foram testadas as hipóteses por meio da realização do teste comparativo de médias. Com a finalidade de se averiguar qual seria o teste indicado para a amostra, aplicou-se o teste de normalidade dos dados de Jarque-Bera. Por meio deste, constatou-se que a amostra era não normal, e por esse motivo, optou-se por comparar as médias amostrais por meio do teste de Wilcoxon. O teste de Wilcoxon substitui o t de Student para dados não normalmente distribuídos (MORETTIN; BUSSAB, 2006).

O teste das hipóteses teve por finalidade comparar, por segmento econômico, se existem diferenças significativas na evidenciação dos intangíveis antes e após a adoção das normas internacionais. O nível de significância adotado para rejeição da hipótese formulada foi de 5%.

3.2 HIPÓTESES

O processo de adoção às normas internacionais de contabilidade impacta nos procedimentos contábeis utilizados pelas empresas, que por consequência podem refletir nas informações patrimoniais das entidades. De forma a corroborar essa assertiva, Silva, *et al.* (2010) identificaram que os profissionais, das empresas de capital aberto do setor de saneamento básico, têm a percepção de que a adoção das normas emitidas pelo Iasb poderão causar impactos nos ativos intangíveis.

Assim, uma vez que o Brasil tornou-se signatário das normas internacionais de contabilidade, as empresas devem utilizar os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC para o reconhecimento dos seus itens patrimoniais.

Desse modo, para que haja o reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis, deve-se atender aos ditames do CPC 04 (R1) (COMITÊ..., 2010b): identificação, controle e geração de benefícios futuros. Por outro lado, para os ativos intangíveis não identificáveis (*goodwill*), devem-se buscar os preceitos do CPC 15 (R1) (COMITÊ..., 2011). Vale ressaltar que, em uma combinação de negócios, se reconhecem também os ativos identificáveis gerados internamente pela empresa adquirida.

Diante do exposto, infere-se que, após a adoção das normas internacionais, tornaram-se mais rigorosos os critérios para o reconhecimento de valores dos ativos intangíveis, o que pode resultar em diminuição do reconhecimento desse ativo nos balanços das empresas. De forma inversa, o reconhecimento de valores do *goodwill* tenderia a aumentar, principalmente quando diante de uma combinação de negócios. Isto ocorre devido ao fato de que em uma combinação de negócios, quando os valores da transação forem maiores que o valor justo do ativo adquirido, e esse excesso pago não atender aos critérios de identificação e reconhecimento de um ativo identificável ou de um passivo, os ativos são reconhecidos como *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura).

Diante do exposto, foram elaboradas três hipóteses de pesquisa:

- a) a adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC 04) provocou uma diminuição nos valores do reconhecimento dos ativos intangíveis identificáveis nos setores econômicos estudados;
- b) a adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC 04 e CPC 15) provocou um aumento nos valores de reconhecimento dos valores reconhecidos como *goodwill* nos setores econômicos estudados;
- c) a transição para as normas internacionais não resultou em uma variação significativa nos valores dos intangíveis totais reconhecidos nos balanços patrimoniais das empresas dos setores econômicos estudados.

Os intangíveis totais consistem na soma dos intangíveis identificáveis e do *goodwill*.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados encontrados no presente estudo. Para isso, o capítulo está dividido em dois blocos: um com análise descritiva e outro com análise inferencial.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Na primeira parte da análise, foi utilizada a estatística descritiva dos dados, que consiste na classificação por ordem decrescente de evidênciação dos valores médios registrados como intangíveis identificáveis, *goodwill* e intangíveis totais, que podem ser visualizados nas Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 - Classificação dos valores médios dos intangíveis identificáveis

Setor	Média BR GAAP: período 2005-2007 (em R\$)	Média IFRS: período 2009-2011 (em R\$)	Porcentagem de crescimento dos valores médios reconhecidos como intangíveis identificáveis
Construção e transporte	1.764	789.486	44.755
Financeiro e outros	27.549	885.566	3.215
Utilidade pública	90.991	2.127.344	2.338
Tecnologia da informação	17.154	210.587	1.228
Petróleo, gás e biocombustíveis	2.426.662	28.129.406	1.159
Consumo não cíclico	55.271	624.839	1.131
Consumo cíclico	17.785	154.869	871
Telefonia	490.533	3.909.898	797
Bens industriais	4.452	22.052	495
Material básico	413.946	997.424	241

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 1 evidenciam um expressivo crescimento dos valores médios reconhecidos como intangíveis identificáveis em todos os setores, sendo que o setor de construção e transporte aumentou em mais de 44 mil%. Os demais setores apresentaram aumento de valor reconhecido, contudo não atingiram esse patamar tão elevado. O setor que evidenciou o menor crescimento foi o de material básico, com um incremento de 241% no período analisado. Esse aumento do reconhecimento dos intangíveis em todos os setores corroboram os resultados encontrados no estudo de Chareonsuk e Chansa-ngavej (2010), realizado na Tailândia. Os gestores deste país entendem que para uma empresa ser sustentável precisa entender e ser capaz de gerenciar os seus ativos intangíveis. Para isso, o primeiro passo é o reconhecimento desses ativos.

Tabela 2 - Classificação dos valores médios do *goodwill*

Setor	Média BR GAAP: período 2005-2007 (em R\$)	Média IFRS: Período 2009-2011 (em R\$)	Porcentagem de crescimento dos valores médios reconhecidos como <i>goodwill</i>
Bens industriais	14.144	88.011	622
Financeiro e outros	12.715	75.559	594
Construção e transporte	7.265	36.629	504
Material básico	101.529	426.056	420
Telefonia	221.334	518.221	234
Consumo não cíclico	784.300	1.476.490	188
Petróleo, gás e biocombustíveis	550.494	523.375	95
Tecnologia da informação	24.889	19.331	78
Utilidade pública	96.475	35.427	37
Consumo cíclico	23.624	2.511	11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Em relação ao reconhecimento dos valores reconhecidos como *goodwill* (ver Tabela 2), verificou-se um crescimento em todos os setores pesquisados, com destaque para os de bens industriais (622%), financeiros e outros (594%) e construção e transporte (504%). Observa-se, ainda, através desses valores, que embora tenha sido registrado o aumento do reconhecimento do valor médio do *goodwill*, não foi tão expressivo quanto o dos intangíveis identificáveis. Sobre o *goodwill*, o estudo de Reimann e Schmidt (2010) alerta que, para a correta mensuração do *goodwill*, a gestão da empresa deve estar sempre atenta a qualquer acontecimento que possa indicar a necessidade de realização do teste de *impairment*.

Tabela 3 - Classificação dos valores médios dos intangíveis totais

Setor	Média BR GAAP: período 2005-2007 (em R\$)	Média IFRS: Período 2009- 2011 (em R\$)	Porcentagem de crescimento dos valores médios reconhecidos como intangíveis totais
Construção e transporte	9.029	826.114	9.150
Financeiro e outros	40.265	961.125	2.387
Utilidade pública	187.467	2.145.887	1.145
Petróleo, gás e biocombustíveis	2.977.156	28.652.781	962
Telefonia	711.867	4.428.119	622
Bens industriais	18.596	108.366	583
Tecnologia da informação	42.042	229.918	547
Consumo cíclico	41.265	157.380	381
Material básico	515.476	1.412.398	274
Consumo não cíclico	839.571	2.101.329	250

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta os valores médios reconhecidos como intangíveis totais e relativos a esses valores. Observa-se que os três primeiros setores que apresentam maior crescimento foram também os que tiveram maiores valores reconhecidos como intangíveis identificáveis: construção e transporte, financeiro e outros e utilidade pública.

Uma pesquisa realizada por Igarashi, Tognon e Igarashi (2011) alerta que a falta de uniformidade na apresentação dos intangíveis nos demonstrativos financeiros contribuiria para o não reconhecimento no período de 2005-2007. Assim como nesse estudo, as empresas que se adequaram às alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 evidenciaram evolução no reconhecimento dos intangíveis.

4.2 ANÁLISE INFERENCIAL COM TESTES DE MÉDIA POR SETOR

A segunda parte da análise consiste na análise inferencial dos dados e no teste de hipótese. Aplicou-se o teste de médias de Wilcoxon no sentido de verificar se a adoção das IFRS provocou uma variação significativa no reconhecimento dos ativos intangíveis identificáveis, *goodwill* e no intangível total. A análise foi realizada considerando um nível de significância de 5%. Os resultados estão evidenciados na Tabela 4.

Tabela 4 - Evidenciação dos intangíveis por setor antes e após as IFRS

Setor de telefonia	BR GAAP: período 2005-2007			IFRS: período 2009-2011			Teste de Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Teste Z	p-valor
INT	490.533	156.329	551.053	3.909.898	1.934.665	5.262.558	138.414	0,639
Goodwill	221.334	0	356.127	518.221	58.731	1.873.497	140.055	0,673
INT TOT	711.867	265.272	735.599	4.428.119	2.026.674	6.484.447	138.772	0,58
Setor utilidade pública	BR GAAP: período 2005-2007			IFRS: período 2009-2011			Teste de Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Teste Z	p-valor
INT	90.991	32.460	158.679	2.127.344	1.526.897	2.942.418	183.637	0,000
Goodwill	96.475	0	367.889	35.427	0	363.319	215.272	0,281
INT TOT	187.467	53.339	385.108	2.145.887	1.514.966	2.973.745	186.409	0,000
Setor de bens industriais	BR GAAP: período 2005-2007			IFRS: período 2009-2011			Teste de Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Teste Z	p-valor
INT	4.452	0	14.682	22.052	11.844	30.072	245	0,000
Goodwill	14.144	0	60.387	88.011	0	191.810	612	0,041
INT TOT	18.596	192	61.098	108.366	9.080	194.528	360	0,000
Setor de construção e transporte	BR GAAP: período 2005-2007			IFRS: período 2009-2011			Teste de Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Teste Z	p-valor
INT	1.764	0	7.614	789.486	20.495	1.617.359	414	0,000
Goodwill	7.265	0	22.551	36.629	0	120.410	2.476	0,062
INT TOT	9.029	0	23.648	826.114	25.205	1.617.540	770	0,000
Setor de consumo cíclico	BR GAAP: período 2005-2007			IFRS: período 2009-2011			Teste de Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Teste Z	p-valor
INT	17.785	0	66.705	154.869	5.664	453.595	3.321	0,000
Goodwill	23.624	0	173.025	2.511	0	13.750	7.815	0,231
INT TOT	41.265	2	186.640	157.380	5.664	453.253	3.841	0,000
Setor de consumo não cíclico	BR GAAP: período 2005-2007			IFRS: período 2009-2011			Teste de Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Teste Z	p-valor
INT	55.271	0	179.284	624.839	22.002	1.206.975	818	0,000
Goodwill	784.300	0	3.482.065	1.476.490	0	4.269.150	2.060	0,475
INT TOT	839.571	147	3.500.444	2.101.329	34.571	4.750.413	1.129	0,000
Setor financeiro e outros	BR GAAP: período 2005-2007			IFRS: período 2009-2011			Teste de Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Teste Z	p-valor
INT	27.549	0	241.713	885.566	1.259	2.640.032	873	0,000
Goodwill	12.715	0	93.236	75.559	0	416.839	3.770	0,110
INT TOT	40.265	0	257.700	961.125	1.328	3.001.649	1.391	0,000

continua...

conclusão.

Setor de material básico	BR GAAP: período 2005-2007			IFRS: período 2009-2011			Teste de Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Teste Z	p-valor
INT	413.946	0	1.776.543	997.424	7.443	3.127.318	1.866	0,000
Goodwill	101.529	0	266.291	426.056	0	1.804.023	3.896	0,550
INT TOT	515.476	0	1.772.863	1.412.398	11.920	3.612.789	2.540	0,000
Setor de petróleo, gás e biocombustível	BR GAAP : período 2005-2007			IFRS: período 2009-2011			Teste de Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Teste Z	p-valor
INT	2.426.662	2.209.188	2.681.801	28.129.406	3.404.270	41.026.292	18	1,000
Goodwill	550.494	244.584	712.122	523.375	452.968	588.176	19	1,000
INT TOT	2.977.156	2.549.296	3.334.095	28.652.781	4.046.876	41.373.500	18	1,000
Setor de tecnologia de informação	BR GAAP: período 2005-2007			IFRS: período 2009-2011			Teste de Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Teste Z	p-valor
INT	17.154	0	50.437	210.587	37.973	278.509	18	0,042
Goodwill	24.889	0	60.851	19.331	0	38.479	48	0,494
INT TOT	42.042	7.584	73.204	229.918	115.309	267.334	25	0,177

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Nota: INT: intangíveis identificáveis; INT TOT: intangíveis totais.

Os dados da Tabela 4 evidenciam o comportamento das 213 empresas divididas pelos 10 setores econômicos. Em uma primeira análise, a partir da mediana pode-se observar que a maioria das empresas de 7 dos 10 setores estudados não reconhecia ativos intangíveis identificáveis no período antes da adoção das IFRS, sendo que essa situação se modificou significativamente no período pós-adoção das IFRS. Esse é o caso dos setores de bens industriais, construção e transporte, consumo cíclico, consumo não cíclico, financeiro e outros, material básico (todos com p-valor = 0,000) e tecnologia da informação (com p-valor = 0,042).

Os únicos setores que mostraram comportamento distinto foram os relacionados à telefonia (com p-valor = 0,639), utilidade pública (0,000) e petróleo, gás e biocombustível (com p-valor = 1,000). Esse resultado evidencia que, muito embora os setores de telefonia e petróleo, gás e biocombustível tenham empresas que estão sujeitas ao mesmo tratamento contábil daquelas pertencentes ao setor de utilidade pública (todas são regidas pela ICPC 01, que trata de concessões), elas apresentaram comportamentos distintos, fazendo-se necessário um estudo complementar para investigar esse fato.

A análise desses dados leva à rejeição da hipótese a para os setores de utilidade pública, bens industriais, construção e transporte, consumo cíclico, consumo não cíclico, financeiro e outros, material básico e tecnologia da informação, pois, como se pode perceber, a adoção das normas internacionais provocou um aumento do reconhecimento dos ativos intangíveis identificáveis para esses setores econômicos.

Esse resultado, contudo, assemelha-se ao encontrado no estudo de Sahut, Boulerne e Teulon (2011), que, com uma amostra formada por 1.855 empresas listadas nas bolsas de valores da Europa, os autores concluíram que após a adoção do padrão IFRS na Europa houve um aumento no reconhecimento dos ativos intangíveis identificados.

No que se refere ao reconhecimento do *goodwill*, observou-se um comportamento contrário ao do intangível. Para 9 dos 10 setores pesquisados, verificou-se que, apesar de ter havido um aumento de valores reconhecidos como *goodwill*, não se pode afirmar que foi um aumento estatisticamente significativo. O único setor que evidenciou comportamento divergente foi o de bens industriais (p-valor = 0,041).

Dessa forma, rejeita-se parcialmente a hipótese b, tendo em vista que apenas o setor de bens industriais apresentou aumento estatisticamente significativo no reconhecimento do *goodwill*. Esse resultado também vai de encontro ao concebido inicialmente, pois se esperava que com a adoção das normas internacionais fosse provocado um maior reconhecimento desse

ativo, fato não comprovado nos dados analisados. Contudo, o resultado encontrado segue na contramão das comprovações de Sahut, Boulerne e Teulon (2011), os quais comprovaram um aumento significativo do reconhecimento do *goodwill* nas empresas da Europa após adoção das normas internacionais.

Em relação ao reconhecimento dos intangíveis totais, foi observado que, para os setores de utilidade pública, bens industriais, construção e transporte, consumo cíclico, consumo não cíclico, financeiro e outros e material básico, houve um maior reconhecimento dos ativos intangíveis totais (todos com o p-valor = 0,000).

Por outro lado, os setores de telefonia (0,58), petróleo, gás e biocombustíveis (1,00) e tecnologia da informação (0,177) não apresentaram comportamento semelhante. Apesar de ter havido aumento da média de reconhecimento dos intangíveis totais após a adoção, esses setores não puderam ser considerados estatisticamente significativos.

Por esse motivo, rejeita-se parcialmente a hipótese c ao se afirmar que após a adoção das normas internacionais houve um incremento de reconhecimento dos valores relacionados aos ativos intangíveis totais para 7 dos 10 setores pesquisados. Ressalta-se, ainda, que essa afirmação deva ser analisada com certos critérios, visto que o fator que provocou esse aumento de reconhecimento foi os intangíveis identificáveis, e não o *goodwill*. Os resultados desta pesquisa, contudo, corroboram as comprovações de Sahut, Boulerne e Teulon (2011), que verificaram um aumento significativo do reconhecimento dos intangíveis totais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise descritiva dos dados evidenciou um expressivo crescimento dos valores médios reconhecidos como intangíveis identificáveis em todos os setores, com destaque para o de construção e transporte, cujos valores reconhecidos como intangíveis aumentaram em mais de 44 mil % após a adoção das normas. Em relação ao reconhecimento dos valores reconhecidos como *goodwill*, verificou-se um crescimento em todos os setores pesquisados, sendo que esse crescimento não foi tão expressivo quanto o dos intangíveis identificáveis. Em relação aos intangíveis totais, observou-se um incremento nos valores reconhecidos, que é justificado pelo crescimento já citado dos intangíveis identificáveis, visto que estes compõem a soma que resulta nos intangíveis totais juntamente com o *goodwill*. Este, porém, não teve um aumento expressivo de um período para o outro, portanto não colaborou significativamente para o aumento dos intangíveis totais.

Na análise inferencial, foram testadas três hipóteses de pesquisa. A hipótese a foi rejeitada, pois se verificou que a adoção das normas internacionais provocou um aumento do reconhecimento dos intangíveis identificáveis para os setores econômicos pesquisados. A rejeição da hipótese a nesses setores vai de encontro ao anteriormente concebido, pois se esperava que após a adoção das normas internacionais os fatores que levariam ao reconhecimento desses intangíveis se tornariam mais rigorosos, porém isso não se comprovou na prática.

Já a hipótese b foi rejeitada parcialmente, pois a adoção das normas internacionais não provocou um aumento do reconhecimento do *goodwill* em 9 dos 10 setores estudados, dos quais apenas o setor de bens industriais apresentou um aumento de reconhecimento estatisticamente significativo. Esse resultado também vai de encontro ao concebido inicialmente, visto que se esperava que a adoção das normas internacionais provocasse um maior reconhecimento desse ativo, situação não comprovada nos dados analisados.

A hipótese c foi rejeitada parcialmente, pois apenas os setores de telefonia, petróleo, gás e biocombustíveis, e tecnologia da informação não apresentaram aumento no reconhecimento dos ativos intangíveis totais. No entanto, salienta-se que o fator que provocou esse aumento de reconhecimento foram os intangíveis identificáveis, e não o *goodwill*.

A classificação dos intangíveis identificados é apontada desde a realização do estudo realizado por Crisóstomo (2009), em que este afirma que, mesmo antes da Lei nº 11.638/07, algumas empresas brasileiras destacaram parte de seu ativo permanente como intangível. No entanto, o aumento do nível de intangível identificado deve ser analisado de forma aprofundada e específica acerca de que ativos são classificados e como estão procedendo.

Dessa forma, além da observação do reconhecimento de ativos intangíveis, este estudo sugere o aprofundamento da análise do CPC 04 na aplicação realizada pelas entidades listadas na BM&FBovespa, verificando o nível de reconhecimento, mensuração e evidenciação existentes na norma. A partir dessa observação é possível indicar se o aumento ocorrido é causado por um maior conhecimento da norma, ou por falta de conhecimento ao aplicá-la.

É importante salientar que este estudo se restringe a analisar os valores dos intangíveis reconhecidos nos balanços patrimoniais das empresas listadas na BM&FBovespa. Desse modo, as considerações realizadas têm a limitação de não terem levado em consideração outros aspectos que podem interferir na criação desses ativos, como, por exemplo, as circunstâncias econômicas nos dois períodos estudados.

REFERÊNCIAS

- BM&FBOVESPA. *Empresas listadas*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 22 abr. 2012.
- CARLIN, T. M.; FINCH, N. Evidence on IFRS *goodwill* impairment testing by Australian and New Zealand firms. *Managerial Finance*, v. 36, n. 9, p. 785-798, 2010.
- CHAREONSUK, C.; CHANSA-NGAVEJ, C. J. Intangible asset management framework: an empirical evidence. *Industrial Management & Data Systems*, v. 110, n. 7, p. 1094-1112, 2010.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. *Contabilidade*. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/Normas.asp>>. Acesso em: 18 abr. 2012.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1): Redução ao Valor Recuperável de Ativos*. 2010a. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=15>>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- _____. *Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1): Ativo Intangível*. 2010b. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=18>>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- _____. *Pronunciamento Técnico CPC 15: Combinação de Negócios*. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=34>>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução 1.055/2005*. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dá outras providências. 2005. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055>. Acesso em: 22 abr. 2012.
- COSTA, R. A. *et al.* O impacto da regulação no conservadorismo das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 12, n. 3, p. 28-37, 2009.
- GERPOTT, T. J.; THOMAS, S. E.; HOFFMANN, A. P. Intangible asset disclosure in the telecommunications industry. *Journal of Intellectual Capital*, v. 9, n. 1, p. 37-61, 2008.
- GIULIANI, M.; BRANNSTROM, D. Defining *goodwill*: a practice perspective. *Journal of Financial reporting & Accounting*, v. 9, n. 2, p. 161-175, 2011.
- GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. *Accounting theory and practice*. 5. ed. London: Pitman Publishing, 1995.
- HALL, R. The strategic analysis of intangible resources. *Strategic Management Journal*, v. 13, n. 2, p. 135-44, 1992.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. *Teoria da Contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IGARASHI, D. C. C.; TOGNON, F. C.; IGARASHI W. Análise de demonstrativos financeiros de modo a identificar as alterações na evidenciação dos ativos intangíveis em função da lei nº 11.638/07. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 11, n. 19, 1º semestre 2011.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. *Introdução à Teoria da Contabilidade*. Atlas, São Paulo, 2000.
- JOHNSON, L. T.; PETRONE, K. R.: Commentary: Is *Goodwill* an Asset? *Accounting Horizons*, v. 12, n. 3, p. 293-303, 1998.
- ConTexto*, Porto Alegre, v. 14, n. 27, p. 55-69, maio/ago. 2014.

- LAGIOIA, U. C. T. *Pronunciamentos contábeis na prática*. Atlas, São Paulo, 2012.
- LEMES, S.; SILVA, M. G. A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 18, n. 3, p. 37-58, jul./set. 2007.
- LEV, B. *Intangibles: management, measurement, and reporting*. Washington: Brookings Institution Press, 2001.
- LHAOPADCHAN, S. Fair value accounting and intangible assets: *Goodwill* impairment and managerial choice. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, v. 18, n. 2, p. 120-130, 2010.
- MARTINS, O. S.; PAULO, E. Reflexo a adoção as IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 4, n. 9, p. 30-54, maio-ago. 2010.
- MONOBE, M. *Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill não adquirido*. 1986. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. *Estatística básica*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- NAKAMURA, L. A trillion dollars a year in intangible investment and the new economy. In: HAND, J.; LEV, B. (Org). *Intangible assets*. New York: Oxford University Press, 2003. p. 469-85.
- PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 17, n. 40, p. 7-24, jan./abr. 2006.
- _____. Características estratégicas dos ativos intangíveis e o desempenho econômico da empresa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 28., Curitiba, 2004. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2004.
- REIMANN, L. B.; SCHMIDT, P. Teste de impairment do goodwill adquirido em uma combinação de negócios. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 10, n. 18, 2º semestre 2010.
- SAHUT, J-M.; BOULERNE, S.; TEOLON, F. Do IFRS provide better information about intangibles in Europe? *Review of Accounting and Finance*, v. 10, n. 3, p. 267-290, 2011.
- SANTOS, J. L. *et al.* Ativos intangíveis: fonte de vantagem competitiva. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 6, n. 10, 2º semestre 2006.
- SANTOS, L. P. G. *et al.* Efeito da Lei nº 11.638/07 sobre conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.
- SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. Ativos intangíveis nas normas internacionais – IASB. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 9., 2003, Gramado. *Anais eletrônicos...* Gramado, RS: CRC-RS 2003. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/conv/t01.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2013.
- SCHULTZE, W.; WEILER, A. *Goodwill* accounting and performance measurement. *Finance managerial*, v. 36, n. 9, p. 768-784, 2010.
- SILVA, P. C. *et al.* Impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras de saneamento: a percepção dos profissionais do setor. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 21, n. 2, p. 69-94, abr./jun. 2010.
- SODERSTROM, N. S.; SUN, K. J. IFRS adoption and accounting quality: a review. *European Accounting Review*, v. 16, n. 4, p. 675-702, 2007.
- ConTexto*, Porto Alegre, v. 14, n. 27, p. 55-69, maio/ago. 2014.

SOTOLOWY, H.; JENY, A. International accounting disharmony: the case of intangibles. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 14, n. 4, p. 477-496, 2001.

SOUZA, R. G. *Normas internacionais de contabilidade: percepção dos profissionais quanto às barreiras para a sua adoção no Brasil.*, 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SULLIVAN JR., P. H.; SULLIVAN SR., P. H. Valuing intangibles companies: an intellectual capital approach. *Journal of Intellectual Capital*, v.1, n. 4, p. 328-340, 2000.

WHITTINGTON, G. The adoption of international accounting standards in the European Union. *European Accounting Review*, v. 44, n. 1, p. 127-153, 2005.